

## **DESIGUALDADE DE ACESSO À CIDADANIA: DEFENSORIA PÚBLICA NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

### **Autor(es)**

Rayza Dos Santos Rocha

Rebeca Sousa Barroso

Tarciana Siva Lima

Ana Carolyn Barros Barroso

### **Categoria do Trabalho**

Iniciação Científica

### **Instituição**

FACULDADE ANHANGUERA DE IMPERATRIZ

### **Introdução**

A desigualdade de acesso à cidadania continua sendo uma realidade que perdura em muitas sociedades, apesar do avanço em direitos humanos e igualdade social. Grupos vulneráveis, muitas vezes invisíveis pela lei, combatem obstáculos significativos que os impedem de usufruir de seus direitos fundamentais e exercer plenamente a vida cívica. A Defensoria Pública surge como uma instituição essencial na defesa e promoção dos direitos humanos, especificamente para cidadãos que não possuem acesso ao mínimo existencial. Ao decorrer do trabalho, ressaltará o papel crucial desempenhado pela Defensoria Pública na defesa desses direitos básicos essenciais na vida de um ser humano e na busca por uma sociedade livre, justa e solidária.

### **Objetivo**

Este trabalho, por meio de uma análise sobre desigualdade de acesso à cidadania em diferentes contextos sociais e a função desempenhada pela Defensoria Pública na defesa dos direitos humanos, pretende-se contribuir para uma compreensão mais profunda das questões relacionadas à exclusão social e às importâncias de órgãos públicos na construção de uma sociedade inclusiva.

### **Material e Métodos**

Para atingir os objetivos propostos anteriormente, o presente estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica e discussão entre os autores. Inicialmente, foram utilizadas temáticas a respeito de direitos humanos e falta de acesso à cidadania a partir de fontes acadêmicas, como artigos científicos, Constituição da República Federativa do Brasil (1988). A pesquisa contou com apontamentos feitos pela orientadora Rayza Rocha, nos quais foram pontuadas as fontes para pesquisa. As escolhas dos métodos citados foram feitas para demonstrar clareza, objetividade e segurança ao texto.

### **Resultados e Discussão**

A análise realizada revelou que a desigualdade de acesso à cidadania perdura como um obstáculo em muitas sociedades, afetando principalmente grupos vulneráveis, como pessoas de baixa renda, minorias étnicas,

imigrantes, refugiados, pessoas com deficiência e LGBTQIA+. Dentre os obstáculos estão presentes as dificuldades no acesso à direitos fundamentais previstos no art. 5 da Constituição Federal (1988), como à educação, à saúde, à propriedade, à liberdade, à igualdade e à segurança. A Defensoria Pública atua, por meio de mediação, advocacia e educação em direitos, na defesa dos direitos humanos e na garantia do acesso à justiça para aqueles mais necessitados. Contudo, também existem desafios enfrentados pela Defensoria Pública, como recursos limitados, falta de capacitação adequada, alta demanda e obstáculos estruturais no sistema jurídico. Portanto, seria necessário fortificar e aumentar os recursos e o alcance da Defensoria Pública, além de promover políticas públicas inclusivas.

### **Conclusão**

Em virtude dos argumentos apresentados, conclui-se que esforços coletivos são fundamentais para construir uma sociedade mais inclusiva e justa, livre de preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

### **Referências**

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2024]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html)  
<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/517709/001056079.pdf?sequence=1&isAllowed=y>